



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO FAZENDÁRIA

COMUNICADO DO RESULTADO DOS RECURSOS QUANTO AO TEOR DAS
QUESTÕES DO PROCESSO SELETIVO
SFA 0001/2015

A Comissão de Recursos contra as impugnações relativas ao Processo Seletivo SFA 0001/2015, instituída pelo Decreto nº 7947, de 22 de outubro de 2015, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados, que após análise dos recursos interpostos em requerimentos formulados pelos candidatos, prolatou as seguintes decisões:

Candidato	Questão	Despacho	Decisão
Alex Sandro Pedroso Mayer	16	Improcedente	Mantida a questão
Alex Sandro Pedroso Mayer	24	Procedente	Anulada a questão
Alex Sandro Pedroso Mayer	23	Improcedente	Mantida a questão
Jonas Jesus Belmonte	02	Procedente	Anulada a questão
Jonas Jesus Belmonte	16	Improcedente	Mantida a questão
Jonas Jesus Belmonte	24	Procedente	Anulada a questão
Luciana Therezinha Zini	24	Procedente	Anulada a questão

Em consequência das decisões exaradas nos recursos acima mencionados, informa-se o seguinte:

Ficam anuladas as seguintes questões:

02 – Resposta constante da letra “c” que supostamente seria a correta, está errada, em virtude de contribuição de melhoria não tratar-se de **Taxa**.

24 – Resposta constante da letra “b” que supostamente seria a correta, está errada, por informação incorreta da Lei Municipal 1069/1991 (Estatuto do Servidor), que diz em seu Art. 40, que o estágio probatório é de **2 (dois) anos**, quando a Constituição Federal prevê em seu artigo 41 que são estáveis após 3 **(três) três anos** de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

Ficam mantidas as seguintes questões:

16 – A LEI 300/1974 INSTITUIU O CÓDIGO DE NORMAS E INSTALAÇÕES MUNICIPAIS.

Incumbe velar pela observância dos preceitos da referida Lei:

Art. 2º Ao Prefeito, e em geral, aos funcionários municipais, incumbe velar pela observância dos preceitos deste Código.

Obs: Texto copiado da Lei 300/1974, Código de Posturas.

23 – A POSSE DO SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO DAR-SE Á NO PRAZO DE ATÉ 30 DIAS, CONTADOS DA PUBLICAÇÃO OFICIAL DA NOMEAÇÃO. A PEDIDO DO INTERESSADO, ESTE PRAZO PODERÁ SER PRORROGADO POR MAIS:

Art. 19 - A posse se dá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação oficial do ato de nomeação.

§ 1º - Á requerimento do interessado, dirigido a autoridade competente para dar



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
SECRETARIA DA FAZENDA
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO FAZENDÁRIA

posse, este prazo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias ou, em caso de doença comprovada, pelo período que perdurar o impedimento.

Obs: Texto copiado da Lei 1069/1991, Estatuto do Servidor.

A questão é direta e objetiva, em nenhum momento citando outra forma de prorrogação, e sim a pedido do interessado, qual o prazo que pode ser prorrogado. Motivo de doença é além de justo, imprevisível, não sendo em nenhum momento objeto da pergunta.

Nos termos das normas Editalícias, a decisão exarada nos recursos é irrecorrível, na esfera Administrativa.

Balneário Camboriú, 14 de dezembro de 2015

Comissão de Recursos contra as impugnações

José Carlos dos Santos Muniz
Presidente

Airton Alves Cabral
Membro

Valmir Curcio
Membro